

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS

Referências Culturais do café em Ribeirão Preto, SP¹.

Profa. Dra. Adriana Silva

Profa. Dra. Lilian R. de Oliveira Rosa

Resumo: Esta comunicação oral apresenta as reflexões sobre os resultados do INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais) aplicado em Ribeirão Preto, SP. (O projeto, iniciado em 2009, está em sua terceira fase. Esta comunicação se detém nos dois primeiros anos de atividade). Os pesquisadores, com formação multidisciplinar, fazem parte da Rede de Cooperação Identidades Culturais, criada pela Secretaria da Cultura para reunir técnicos do Poder Público e professores das universidades. O grupo tem como objetivo mapear e identificar as referências culturais ligadas direta ou indiretamente ao período entre 1870 e 1950, quando o município teve papel de relevância econômica na produção cafeeira nacional.

Palavras-Chave: Inventário Nacional de Referências Culturais; referências culturais; Ribeirão Preto.

INTRODUÇÃO

A realização do Simpósio Internacional de História Pública: a história e seus públicos” despertou em nós, pesquisadores da Rede de Cooperação Identidades Culturais, de Ribeirão

¹ Texto originalmente publicado no Simpósio Internacional de História Pública, da USP, São Carlos, de 16 a 20 de julho de 2012.

A Rede de Cooperação Identidades Culturais é formada pelos seguintes pesquisadores: Adriana Silva, Adriana Cristina de Godoy, Ana Carolina Gleria, Antônio Aparecido de Souza, Aurélio Manoel Corrêa Guazzelli, Camila Vanessa Ferlin de Souza, Carolina Margarido, Cristiane Kobayashi Faleiros, Delson Ferreira, Domingos J. L. Guimarães, Juscélia Fiuza, Henrique Telles Vichnewski, Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa, Luis Antonio Moretti Filho, Marcelo Carlucci, Marcia R. M. Okamura, Marcos Câmara de Castro, Mariana Basaglia Soriani, Mayara da S. Zampollo, Michelle C. C. Silva, Mônica J. Oliveira, Nainôra Maria Barbosa de Freitas, Sandra Regina Firmino Abdala, Sandra Rita Molina. Agradecimentos especiais aos técnicos do Iphan-SP.

a história e seus públicos



SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA PÚBLICA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 16 A 20 DE JULHO DE 2012

Preto, a atenção para as possibilidades do debate interdisciplinar que um evento dessa natureza proporciona.

A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas de construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. Nesse sentido, a história pública pode ser definida como um ato de “abrir portas e não de construir muros”, nas palavras de Benjamin Filene (ALMEIRA & ROVAI, 2011, p. 7).

Tomando Juniele Almeida e Marta Rovai (2011) como referência, entendemos que a “demanda social” de abrir portas a partir da história pública sempre esteve na pauta dos pesquisadores da Rede, e compartilhar nossas experiências com as atividades de pesquisa interdisciplinar e multi-institucional era também, uma maneira de contribuir com a demolição de muros que separam o Poder Público da sociedade, estancando as instituições em seus locais de origem. Ato este que veda o compartilhamento dos saberes gerados pelos diversos segmentos e mina a possibilidade de avanços coletivos.

O grupo manteve-se atento às especificidades históricas no hoje, mas seguiu maleável a absorver as contribuições vindas da academia, entre elas a de Jill Liddington (2011, p. 31-32) que ao observar o movimento de escala geográfica ampla, afirmou que tem ocorrido “[...] uma explosão de representações populares do passado. [...] que o entusiasmo pela história viva domina a nação. [...] e que o passado, ou ao menos suas formas populares, está a nos rodear”. Outra contribuição assimilada pelo grupo, foi de Sara Albieri (2011, p. 27) que evidencia que esse aguçamento de olhares para o passado, marcado por um despertar da consciência histórica, possibilita, entre outras coisas, a ampliação dos modos “como os seres humanos interpretam a experiência da evolução temporal de si mesmos e do mundo em que vivem”.

Partilhando desse *boom*, observamos em Ribeirão Preto, município localizado no nordeste do estado de São Paulo, tanto o crescimento do interesse pelo passado como a multiplicação de trabalhos de história em múltiplos formatos na última década: lançamento de coleções históricas e de documentários, estudos museológicos e arquivísticos, práticas



curatoriais, ampliação do tombamento de imóveis, registros de bens imateriais e, por fim, o que trata este texto: inventários.

As primeiras iniciativas para inventariar os bens culturais do município ocorreram entre 1957 e 1994. Elas tinham como foco principal a identificação e o estudo dos principais monumentos localizados na área central da cidade (APHRP, 2008).

Em 2008, baseando-se na metodologia de estudos acadêmicos anteriores, um grupo da Secretaria Municipal da Cultura, coordenado pela equipe do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, realizou um inventário de identificação de todos os monumentos localizados em lugares públicos até aquele ano (APHRP, 2008).

Essa experiência trouxe à equipe a certeza que não bastava realizar um inventário de identificação, “compreendido como uma varredura, cujo objetivo é a identificação dos bens culturais de uma determinada área, ou relacionados a um determinado tema [...]” (SILVA & ROSA, 2012, p. 87). Para além da descrição visual, era preciso compreender as relações existentes entre as várias categorias de bens culturais e entre estes e a população de Ribeirão Preto.

Foi com vistas a esse novo posicionamento que em janeiro de 2009, a Secretaria Municipal da Cultura de Ribeirão Preto elaborou o Programa Café com Açúcar. O objetivo era empreender políticas públicas de preservação e promoção do patrimônio cultural de natureza material e imaterial do município relacionado à história da cafeicultura e à transição para a economia canavieira, entre 1870 e 1950. Dentre as primeiras iniciativas do programa considerou-se fundamental a realização de um inventário. A proposta era mapear quantitativamente e qualitativamente as condições atuais dos bens culturais e a relação da população com o seu patrimônio cultural.

Para a consecução desses objetivos, a Secretaria da Cultura firmou um termo de cooperação técnica com o Iphan, em 21 de janeiro de 2010. O termo garantiu ao município a orientação dos técnicos do órgão federal (uma antropóloga e uma arquiteta) e a utilização da metodologia do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, instrumento que permitiria além de identificar os bens culturais, também abrir a possibilidade de apreender os



significados desses bens para a comunidade envolvida. Quanto à Secretaria da Cultura, coube a responsabilidade de formar a equipe de pesquisadores e fazer a gestão e a coordenação do projeto (REDE, 2010, p. 1999).

Com o objetivo de levar adiante a pesquisa e a aplicação do INRC em Ribeirão Preto, a Secretaria Municipal da Cultura constituiu um grupo de pesquisa multidisciplinar e multiinstitucional chamado Rede de Cooperação Identidades Culturais (REDE, 2012). Para formar a equipe de pesquisadores, o poder público convidou as Instituições de Ensino de Nível Superior do município a tornarem-se co-realizadoras do projeto, mediante a disponibilização de 02 pesquisadores cada uma. No total, a Rede foi instituída, em 2010, com 32 membros, sendo que 21 eram pesquisadores experientes de diversas áreas (SILVA; ROSA; SILVA, 2012).

METODOLOGIA DO INRC E RESULTADOS PARCIAIS

O INRC é um instrumento de identificação e de documentação de bens culturais materiais e imateriais elaborado pelo Iphan, entre 1995 e 1999 (IPHAN, 2000, p. 7). Quanto aos seus objetivos, o INRC se propõe a:

- Identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade;
- Apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação (IPHAN, 2000, p. 37).

Para atingir esses objetivos o INRC indica não somente a identificação e o conhecimento das referências culturais, como também a sua tipificação. Durante o levantamento e após a análise do material coletado, as ocorrências são classificadas em cinco categorias:

Celebrações. Nessa categoria incluem-se os principais ritos e festividades associados à religiosidade, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, envolvendo práticas complexas com suas regras específicas de distribuição de papéis, a preparação e o consumo de comidas, bebidas, a produção de um vestuário específico, a ornamentação de determinados lugares, o uso de objetos especiais, [...]. São atividades que participam fortemente da produção de sentidos específicos de um lugar e de um território. [...].



Formas de expressão. Formas não-linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais [...] reconhecidos pela comunidade [...].

Ofícios e modos de fazer. [...] Atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou localidade . [...].

Edificações. Em diversos casos, estruturas de pedra e cal estão associadas a determinados usos, a significações históricas e de memória ou às imagens que se tem de certos lugares. Essas representações as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, muitas vezes independente da qualidade arquitetônica ou artística. [...].

Lugares. Toda atividade humana produz sentidos de lugar. Neste inventário serão incluídos especificamente aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas. [...] (IPHAN, 2000, p. 31-32).

Contudo, a questão mais inovadora na utilização do INRC não é a categorização dos bens culturais, mas a adoção da noção de “referências culturais” como base para novas políticas de patrimônio cultural. O seu uso fomenta uma inversão na ótica do que deve ser preservado. A legitimidade para selecionar os bens culturais de relevância para uma sociedade não está somente na *expertise* dos técnicos. Colocam-se em destaque os sujeitos para os quais determinados bens têm importância (IPHAN, 2000, p. 11). Em busca das referências culturais de uma comunidade deve-se perguntar para quem elas fazem sentido (são importantes para quem?). A dimensão simbólica do lugar inventariado (e que será alvo de políticas públicas) para os habitantes deve ser observada como “necessariamente plural e diversificada” (IPHAN, 2000, p. 14).

Seguindo esse modelo, ao definir os elementos norteadores para a aplicação do INRC em Ribeirão Preto, definiu-se como relevante o conhecimento e a compreensão das referências culturais relativas ao período de auge da cafeicultura no município, entre 1870 e 1950. Esta escolha partiu de uma realidade atual.

O município é hoje conhecido como a capital do agronegócio. Isto se deve à presença da indústria canavieira como forte elemento da economia regional. São destacadas pela imprensa as relações entre o rural e o urbano e as características de empreendimento comercial das propriedades rurais dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar.



Outro fator de destaque a ser analisado é a referência constante à terra vermelha e fértil do município como fator propulsor do desenvolvimento da economia cafeeira. Entre o final do século XIX e o início do século XX a terra roxa (originalmente *terra rossa*, em italiano), foi tema de impressões variadas.

Há uma identificação no ambiente construído e nas práticas sociais das marcas ainda evidentes das relações entre as características naturais do município, entre elas, a presença de latossolos roxo e vermelho (conhecidos na região como terra roxa), a presença das ferrovias e o uso de mão de obra livre (principalmente imigrantes).

Monteiro Lobato dirigindo-se a Godofredo Rangel, no início do século XX afirmou que:

[...] em toda região da Terra Roxa – um puro óxido de ferro – recebi nas ventas um bato de seiva, com pronunciado sabor de riqueza latente. [...] A terra-chão, porém, é uma calamidade – enferruja, isto é, avermelha todas as pessoas e coisas, desde a fachada das casas até o nariz dos prefeitos. Vai um pacotinho de amostra. Não pense que é tinta, não. [...] (LOBATO, [s/d], apud SILVA; ROSA; SILVA et al, 2010, p. 12)

Luís Pereira Barreto escreveu no periódico “A Província de São Paulo”, em 10 de dezembro de 1876, que:

A província de São Paulo possui grande número de municípios do mais alto valor em terras de cultura; e é difícil mesmo a um lavrador, que vem de fora, saber a qual deve dar preferência. Mas, quando mesmo não possuísse o Ribeirão Preto, assim seria ela a primeira província do Império. Só este era bastante para colocá-la acima de tudo quanto a imaginação pode conceber de mais surpreendente. É Ali que a natureza tropical condensou todas as forças de sua fecundidade [...]. É a esse município que eu aconselharia uma visita a todos aqueles que aprenderam a achar um supremo gozo nos grandes contatos com o mundo criador, no grandioso espetáculo da natureza viva. Graças às suas terras excepcionais, a província de São Paulo é a única que escapará ao naufrágio geral da nossa lavoura. [...] (BARRETO, 1876, apud SILVA; ROSA; SILVA et al, 2010, p. 12)

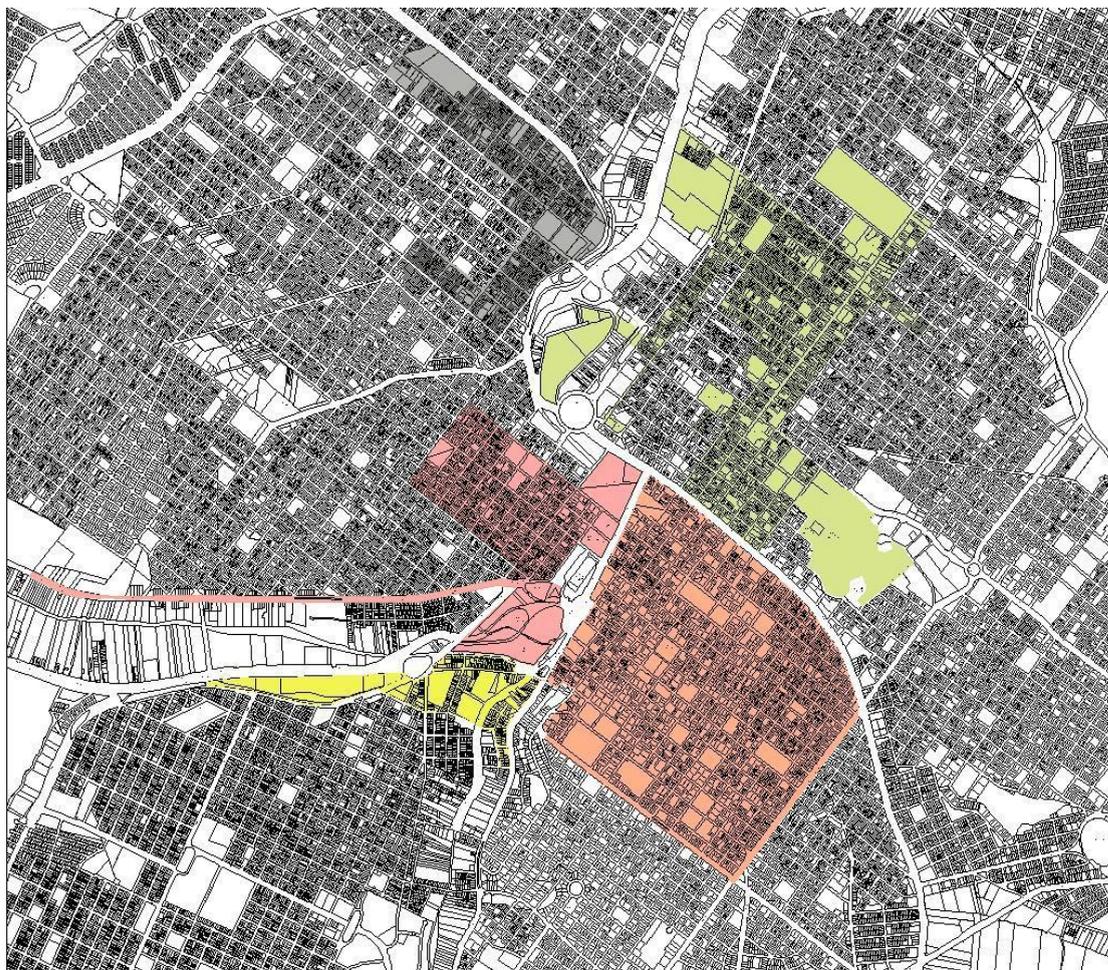
Partindo dessas características ainda presentes na paisagem de Ribeirão Preto, os pesquisadores da Rede de Cooperação iniciaram a busca pela identificação das origens e pela apreensão dos sentidos atribuídos pela população a essa relação entre café, terra vermelha (roxa) e industrialização.



Dessa forma, o recorte geográfico da pesquisa foi definido a partir de um estudo preliminar da expansão urbana do município e do uso e ocupação do solo. Foram selecionadas seis áreas que eram representativas do crescimento da cidade: o Centro (área remanescente do Patrimônio da Fábrica da Matriz), quatro bairros do entorno e um Distrito Administrativo. Posteriormente, a área de pesquisa foi ampliada para a zona rural do município, visando identificar as antigas fazendas de café e as estações ferroviárias rurais.

Definido o universo de estudo, a equipe realizou pesquisas documentais e bibliográficas e atividades de campo. O processo de coleta de dados é feito por intermédio de questionários específicos, de gravações em áudio e vídeo de narrativas, canções, orações, poesias, etc. As informações coletadas são analisadas pela equipe que, posteriormente, preenche as fichas de identificação do bem cultural. Tanto os questionários, quanto as fichas são parte da metodologia fornecida previamente pelo Iphan, disponibilizadas por meio da assinatura de termo de cooperação técnica (2000).

Figura
1
Mapa
com
as



a história e seus públicos



SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA PÚBLICA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 16 A 20 DE JULHO DE 2012

áreas urbanas de Ribeirão Preto a serem inventariadas. Fonte: Rede de Cooperação Identidades Culturais, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto deve ser visto como o fruto de reflexões e pesquisas ainda em andamento. O projeto de pesquisa que foi apresentado no Simpósio Internacional de História Pública: a história e seus públicos está no seu terceiro ano de execução. Até o presente momento, a equipe de pesquisadores realizou o levantamento preliminar de todas as localidades definidas para a pesquisa. Contudo, a fase de identificação, que envolve o mapeamento exaustivo das referências culturais relativas ao período da predominância da economia cafeeira no município, entre 1870 e 1950, foi realizada apenas no Centro, no Distrito de Bonfim Paulista

a história e seus públicos



SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA PÚBLICA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 16 A 20 DE JULHO DE 2012

e na zona rural. Faltam, portanto, ainda quatro bairros a serem inventariados (dentro da proposta de recorte geográfico da pesquisa apresentada no início deste artigo).

Cumprе destacar que, concomitantemente à pesquisa, a Rede de Cooperação Identidades Culturais tem fomentado a difusão do conhecimento gerado durante o Inventário por intermédio de diversos meios. Foi produzido um documentário sobre cada localidade inventariada, utilizando como foco as narrativas dos habitantes e as suas relações com o lugar. Além disso, o grupo, em parceria com o Instituto do Livro, gerencia a publicação da Coleção Identidades Culturais. São publicadas três obras por ano, com o objetivo de levar ao conhecimento do grande público, numa linguagem de fácil compreensão, as principais referências culturais já inventariadas.

Tanto os documentários, quanto os livros foram e estão sendo distribuídos para instituições de ensino, acompanhados de um projeto de educação patrimonial coordenado por uma historiadora da Secretaria Municipal da Cultura. Além da distribuição direta, as obras podem ser baixadas gratuitamente do Blog da Rede, no qual o público também tem acesso a outras informações sobre as atividades de pesquisa, como os dois relatórios produzidos pela equipe em 2010 e 2011.

Outra contribuição da Rede, tem sido subsidiar os gestores de diretrizes para formulação de políticas públicas na área do patrimônio cultural. Bons exemplos podem ser ressaltados, como a revitalização da área central, que tem sido realizada sob a coordenação da Secretaria da Cultura, com foco na proteção do patrimônio histórico. Outras parcerias estão em andamento, entre elas a que viabiliza a elaboração de um programa de ações para o Distrito de Bonfim Paulista. Um macro projeto delineou os caminhos a serem seguidos para que o lugar não perca suas características rurais. O inventário serve de base para a implantação do conceito de Cidade Criativa e coloca o habitante como o principal personagem das mudanças sugeridas.

Como contribuição ao debate em torno da temática desse Simpósio, “a história e seus públicos”, o que se tem observado é o crescente envolvimento de vários setores da sociedade, não necessariamente ligados ao ensino formal que solicitam a sua adesão à Rede de



Cooperação. Com relação a isso podem ser consideradas três questões enfrentadas pela equipe nesse momento.

A primeira delas foi o processo lento e difícil pelo qual passaram os pesquisadores, que tiveram que “aprender” a abrir mão do lugar de *expertise* em patrimônio cultural e a levar em conta o que a população entrevistada entendia, sentia e percebia como patrimônio. Esse não foi um movimento fácil ao longo desses dois anos e meio.

Por outro lado, o grupo enfrentou (e ainda enfrenta) a pressão de movimentos sociais e políticos atuantes no município. Esses grupos enxergam na atividade de pesquisa realizada a possibilidade de legitimar interesses. Em outras palavras, nem sempre os resultados da análise empreendida atende às expectativas historicamente consolidadas por relações de poder estabelecidas na localidade.

Um último aspecto é o empoderamento que vem ocorrendo por parte da sociedade civil da Rede de Cooperação. Um projeto que se iniciou com a predominância do poder público, hoje é predominantemente composto por membros de Instituições de Ensino e Pesquisa e entidades variadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. (orgs.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

APHRP – Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. Guia de monumentos em lugares públicos. APHRP: Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/principaln.php?pagina=/escultura/arqpublico/monumento/s/i14apresentacao.php>>. Acesso em: 19 jun . 2012.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial**: O registro do patrimônio: dossiê final das atividades da Comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/ IPHAN, 2. ed., 2003.

_____. **Planos de ação para Cidades Históricas**. Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social. Brasília: Iphan, 2009.

_____. **Inventário Nacional de Referências Culturais**: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.



_____. **I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural**. Resultado da seleção de Experiências de Gestão e Políticas do Patrimônio Cultural. Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14795 & sigla= Noticia & retorno=detalheNoticia](http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14795&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia)>. Acesso em: 25 jun. 2012.

LOPES, Luciana Suarez Lopes. **Ribeirão Preto e a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. (Coleção Nossa História).

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **Programa estratégico de proteção e promoção do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto, SP**. Disponível em:

<<http://redeidentidadesculturais.blogspot.com.br/2011/09/projeto-inicial-do-programa-estrategico.html>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

REDE DE COOPERAÇÃO IDENTIDADES CULTURAIS. **Relatório Fase 1 do INRC**. Ribeirão Preto: Rede de Cooperação Identidades Culturais, 2010. Relatório.

_____. **Relatório Fase 2 do INRC**. Ribeirão Preto: Rede de Cooperação Identidades Culturais, 2011. Relatório.

ROSA, L.R.O. FREITAS, N. B. Patrimônio cultural: reflexões sobre o sesquicentenário de Ribeirão Preto. **Dialogus**. Ribeirão Preto, v.1, n.2, p.31-42, 2006. Disponível:

<http://baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2006/pdf/patrimonio_cultural_sesquicentenario_rp_2006.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

SILVA, Adriana; ROSA, Lilian R. De Oliveira (orgs.). **Patrimônio cultural do café, da terra vermelha**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012.

SILVA, A.; ROSA, L.R.O.; SILVA, M. C. C. et al. Projeto Paisagem Cultural do Café: experiências com a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Revista Labor & Engenho. Campinas, v. 6, n. 1, p. 70-96, 2012. Disponível em:

<http://www.labore.fec.unicamp.br/index.php/conpadre/article/view/137>. Acesso em: 11 jun. 2012.

_____. Inventário Nacional de Referências Culturais: Ribeirão Preto, SP. Anais da Semana de História do Centro Universitário Barão de Mauá. Ribeirão Preto: CBM, 2011. ISSN – 21773157. Disponível em:

<http://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/anais_historia/pdf/anais2011/0006anaais2011.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.

MELLO, Rafael Cardoso de. **As flores do café: uma história das mulheres de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. (Coleção Nossa História).